



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0007394-19.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado
 Documento de Origem: IP, BO, BO, BO, BO - 031/2017 - Delegacia de Investigações Gerais de São Carlos, 879/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1634/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1640/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1641/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO
 Autor: Justiça Pública
 Réu: RAFAEL DONIZETTI LOPES DE JESUS RABELLO

Aos 04 de setembro de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **RAFAEL DONIZETTI LOPES DE JESUS RABELLO**, acompanhado do Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as vítimas Beatriz Arguero Blanco e Leonardo Ribeiro Frias, bem como a testemunha de acusação (comum) Marco Antonio, em termos apartados. As partes desistiram da oitiva da testemunha de acusação (comum) Odair Gaspar. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o acusado, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 157, § 2º, inciso I e II, na forma do artigo 70, ambos do Código Penal uma vez que ele e outro elemento não identificado, fazendo uso de arma de fogo, subtraíram para si dois celulares das duas vítimas. O painel probatório não fornece elementos de segurança para lastrear a condenação do réu. É certo que as vítimas dizem ter reconhecido o réu pela foto e também o acharam bastante parecido na tentativa de reconhecimento pessoal nesta audiência. Todavia o reconhecimento fotográfico e o que ocorreu em audiência, onde as vítimas dizem que o réu se parece 80 por cento com um dos elementos que praticou o roubo contra elas, apenas porque a região dos olhos seria muito parecida. De acordo com as vítimas, os dois réus estavam de capacetes e aquele que elas acharam parecido portava o capacete que só permitia ver a região dos olhos e a parte superior do nariz. Esse tipo de reconhecimento, ou seja, baseado apenas na região dos olhos, é muito precário. Ademais, as duas vítimas disseram que o local não era muito bem iluminado. É certo que na polícia consta a confissão de um réu de um roubo ocorrido e que uma das vítimas seria loira; todavia, a data que teria ocorrido este roubo, supostamente confessado pelo réu, não coincide com a data do crime praticado contra as vítimas Beatriz e Leonardo; tampouco não há uma perfeita coincidência na cor dos celulares das vítimas com os celulares que consta na confissão policial. Além do mais, o réu disse que foi forçado a fazer aquela confissão. Como se vê, a prova é bastante fraca quanto à autoria do crime que recai sobre o réu. Isto posto, requeiro a absolvição do réu. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A Defesa reitera a judiciosa manifestação do Dr. Promotor de Justiça, reiterando o pedido absolutório. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. RAFAEL DONIZETTI LOPES DE JESUS RABELLO**, RG 44.645.094, qualificado nos autos, foi denunciado por duas vezes como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inciso I e II, na forma do artigo 70, ambos do Código Penal, porque no dia 27 de maio, por volta das 20h30min, na Rua Riachuelo, nesta cidade e comarca, o denunciado, previamente ajustado e agindo com unidade de propósitos e desígnios com outro indivíduo não identificado, subtraíram



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

para eles, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo contra Beatriz Arguero Blanco e Leonardo Ribeiro Frias, um aparelho de telefone celular da marca Samsung, modelo Galaxy J7 Prime (avaliado em R\$ 1.399,00), e um aparelho de telefone celular da marca LG, modelo k8 (avaliado em R\$ 700,00), em detrimento das duas vítimas. Consoante apurado, os ofendidos caminhavam pela reportava via pública, quando, na altura do numeral 501, foram surpreendidos por uma motocicleta ocupada por dois rapazes, dentre ele o acusado, que estava na garupa. Ato contínuo, o denunciado desembarcou do veículo e, após anunciar o assalto, fazendo-o ao demonstrar que portava consigo uma arma em sua cintura, exigiu que as vítimas entregassem o que tivessem, oportunidade em que Beatriz lhe entregou o celular Galaxy J7 e Leonardo o aparelho da LG k8. Na posse dos aparelhos o réu retornou à motocicleta, ao que seu comparsa imprimiu velocidade e eles fugiram. Recebida a denúncia (pag.74), o réu foi citado (pag.87) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (pag. 94/103). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas vítimas e uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela absolvição, por falta de provas, sendo acompanhado pela Defesa. **É o relatório. DECIDO.** Está demonstrado que houve o roubo, cometido por dois indivíduos que utilizando-se de uma motocicleta abordaram as vítimas na via pública e sob ameaça tomaram-lhes os celulares que estavam portando. O réu foi denunciado como um dos ladrões, porque dias depois ele e outro foram detidos após perseguição policial quando o condutor da moto, Dieifson Dias Matos, foi reconhecido na prática de vários delitos da mesma espécie, e as vítimas deste processo também reconheceram o réu fotograficamente como aquele que roubou os celulares. Ao ser interrogado no inquérito o réu admitiu a prática do roubo. Retrato-se em juízo. As vítimas apontaram o réu como sendo um dos ladrões, justamente aquele que as abordou. Mas este reconhecimento não foi categórico. Primeiro, em razão do ladrão se apresentar usando capacete na cabeça, mostrando apenas a região dos olhos. Em segundo lugar, o roubo se deu à noite, de forma rápida e em local de pouca iluminação. Por último, o reconhecimento das vítimas é precário, porque não tiveram a visão total do rosto do ladrão e assim não conseguiram afirmar com absoluta certeza que o réu seria o roubador, avaliando em 80 por cento o grau de certeza. Assim, justo o posicionamento adotado pelo Ministério Público em opinar pela absolvição, embora fique no íntimo do julgador que o réu deve mesmo ter sido o ladrão. Mas não é possível, com base nos elementos que estão nos autos, condena-lo sem possibilidade de erro. Melhor que um culpado seja absolvido do que a condenação de um possível inocente. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu RAFAEL DONIZETTI LOPES DE JESUS RABELLO**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, _____ Cassia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: